

“SER PM NO SUBÚRBIO” POLÍTICA ESCALAR E INTERESSES PROFISSIONAIS ENTRE FUTUROS POLICIAIS MILITARES NO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/04/2024

Eduardo de Oliveira Rodrigues

INTRODUÇÃO

Compreendida enquanto ferramenta metodológica voltada para a construção de objetos de interesse analítico, a escala é tema de caráter interdisciplinar relevante. Particularmente na antropologia e na geografia, o debate escalar seguiu caminhos diferentes, embora exista certa concordância sobre aquilo que ambas as disciplinas enxergam enquanto *local*. É nesta escala onde torna-se possível a vivência mais intensa do espaço, com a possibilidade de formação de identidades e vínculos sócio-espaciais com base numa vivência comum. É nesta escala também onde operam os recortes microscópicos de análise, lugar da produção de *descrições densas* que tomaram o local enquanto recorte privilegiado de análise particularmente na antropologia desde os primórdios da disciplina.

Tal debate é de interesse central para o presente capítulo, uma vez que ele é parte de uma reflexão maior, inscrita em minha tese de doutoramento em antropologia, voltada para a compreensão das motivações de milhares de jovens a tentar um lugar enquanto “soldado” da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Baseado em dados etnográficos produzidos através de 14 meses de trabalho de campo presencial e virtual junto a candidatos à carreira de PM – ou seja, jovens de 18 a 30 anos que sequer fizeram as provas do concurso – um problema que ganhou relevância na pesquisa foi o lugar onde eles almejam trabalhar caso consigam seguir a carreira policial. A grande maioria dos meus interlocutores objetiva trabalhar em batalhões encravados nas áreas mais pobres e violentas da capital fluminense, sobretudo no que eu chamo de Subúrbio Carioca.

Sendo categoria de significado amplamente polissêmico (Guimarães e Davies, 2018), o Subúrbio é tomado no presente *paper* enquanto parte de uma

política escalar nativa (MacKinnon, 2010) que enxerga no policiamento desta parte da metrópole um campo de maiores rendimentos materiais e simbólicos na sua possível carreira policial. A região suburbana é transformada em objeto de conhecimento através de um exercício metodológico que aproxima a antropologia da geografia na reunião de elementos que nos ajudam a entender, afinal, *por que os possíveis futuros policiais preferem policiar as ruas e favelas do Subúrbio Carioca?*

O exercício metodológico sugerido toma o Subúrbio Carioca enquanto parte de uma política escalar dos candidatos que sinaliza tal região da metrópole carioca enquanto recorte estratégico das suas possíveis futuras práticas enquanto futuros policiais, em prol do alcance de seus objetivos profissionais (sejam eles legais ou ilegais). Meus argumentos estão baseados em dados produzidos a partir do contato com diferentes interlocutores ao longo do trabalho de campo, que são sintetizados na descrição etnográfica da história de Ricardo – um entre tantos outros jovens desejosos em policiar a região suburbana. A descrição permite melhor explorar os conteúdos simbólicos deste recorte, de maneira a pensar igualmente em outras cartografias voltadas para a compreensão do interesse profissional dos candidatos pelo Subúrbio.

O Subúrbio Carioca e a carreira policial: sujeitos precarizados, agentes precarizadores

Ricardo deixou sua casa logo cedo. Passava das cinco e meia da manhã e ele já estava ao volante, manobrando o carro que logo estaria a caminho da Zona Sul carioca, onde comumente preferia trabalhar. Dali até o Túnel André Rebouças eram aproximadamente 40 minutos, a depender do trânsito. Era a partir daquele ponto que o aplicativo usado na sua rotina de motorista de *Uber* era ligado. O candidato decidira parar de trabalhar por aqueles lados do Subúrbio Carioca por conta de um segundo assalto que sofrera em menos de um ano. Da primeira vez, na Baixada Fluminense, ele foi ao encontro de uma suposta cliente após deixar outro rapaz em casa, que havia solicitado seus serviços ao sair do hospital com a avó, ainda no Rio. Sem conhecer a área, foi guiado pelo *GPS* do aplicativo até uma rua estreita, onde dois homens armados o aguardavam. Ele teve todo o dinheiro do dia e os pertences de valor roubados – um prejuízo significativo, que correspondia aproximadamente ao seu salário semanal descontado as despesas do combustível e a comissão de 25% do aplicativo cobrada sobre o valor de cada viagem. Ele havia perdido algo em torno de mil e quinhentos reais.

Na segunda vez, ele não estava assim tão distante de casa quando dois homens e uma mulher embarcaram em seu carro. Eles estavam bem arrumados, supostamente saindo de uma festa juntos. Queriam ir até uma favela próxima, também no Subúrbio, para deixar a mulher e, de lá, seguir para outra localidade vizinha onde os rapazes desembarcariam. Ricardo tinha enquanto política profissional não subir favelas para buscar ou desembarcar passageiros:

“prefiro perder a corrida do que ter constrangimento de vagabundo botar um fuzil na minha cara” – ele dizia. Ao ser informado do destino, disse que deixaria a mulher e os rapazes apenas num dos acessos ao morro. Uma discussão se iniciou enquanto ele dirigia, com os dois rapazes e a moça fazendo considerações acerca da resistência de Ricardo em levar os passageiros até a favela.

O tom da conversa ficou mais grave quando o homem sentado no banco do carona insinuou: “vem cá irmão, por que tu não quer subir a favela? Tu é polícia, porra? Tá com medo de que?”. Ricardo não caiu na provocação, embora a identificação do candidato com o universo policial tivesse algum lastro. Sendo ex-atleta de *Muay Thai*, seu tipo físico atlético chamava atenção de qualquer um. Além disso, os músculos em conjugação com o cabelo raspado, barba feita, relógio dourado e um cordão de corrente grossa se constituíam enquanto *objetos materiais* (McCraken, 2007, p. 102) que materializavam categorias atreladas à cultura policial carioca, fazendo dele um potencial PM para os outros três jovens.

Os passageiros realizavam conjuntamente uma performance de intimidação segundo o que Goffman (1985, p. 78) chamou de *equipe de representação*. O mesmo rapaz disse pra ele tomar cuidado, pois naquela área “morria muito polícia”, enquanto o outro, no banco de trás, comentou com a menina em tom jocosos: “papo reto mano, pode falar logo: com esse cabelinho teu na régua e essa cara, se tu não é PM, tu só pode querer ser PM!”. As provocações seguiam, quando Ricardo sentiu na nuca a ponta do cano de uma pistola. A situação piorou quando os três anunciaram o assalto e disseram que iriam revistar todo o carro. Caso eles encontrassem algo que denunciasse sua identidade enquanto PM, o motorista seria sumariamente morto.

Sua única preocupação era o celular. Nele, constavam trocas de mensagens com o primo, que era cabo PM lotado num batalhão da área. Além das conversas sobre o concurso da PMERJ, o histórico no *chat* dos dois era repleto de fotos, vídeos e outros conteúdos ligados ao universo policial. Em meio a uma sessão de ameaças e xingamentos, os três revistaram não só sua carteira e bolsa atrás de documentos da polícia, como também sob os bancos e no porta-luvas atrás de uma possível arma. Por sorte, pouca atenção foi dada ao telefone naquele momento. Eles somente pegaram o aparelho junto com o relógio, o cordão e o dinheiro em espécie que ele tinha feito no dia. Os pertences foram recolhidos pela mulher e um dos homens ordenou que o veículo fosse parado numa rua erma, alguns quarteirões antes do destino final da corrida. Antes de mandá-lo seguir viagem, o rapaz armado deu uma coronhada em seu tórax com a pistola, fazendo Ricardo ficar sem ar. Ele disse que o possível futuro policial deveria “aprender a respeitar bandido” e que, por pouco, não tinha sido “passado”. Confuso e ainda com dificuldades para respirar, Ricardo se retirou em alta velocidade e seguiu direto pra casa, em silêncio. Lá, já na companhia da esposa, ele contou o que tinha acontecido e jurou que sua única certeza era que aquela seria a última vez que seria *esculachado* daquele jeito.

Na manhã seguinte, o rapaz contou indignado a história para mim e outros três candidatos durante o almoço no “cursinho”. Todo sábado, sempre tínhamos um intervalo de quase duas horas entre os turnos das aulas. Ao falar da sua experiência, meus outros interlocutores passaram a contar igualmente suas vivências em situações de violência. Suas *experiências próximas* (Geertz, 1997 p. 87) reuniam narrativas comuns sobre si e sobre familiares ou conhecidos que haviam sido vítimas, na grande maioria dos casos, de assaltos, latrocínios, extorsões ou, minimamente, ameaças pela ação de bandidos. Tratavam-se de histórias que aconteceram em lugares comuns do seu cotidiano suburbano como no trem indo ao trabalho, no ônibus na volta da faculdade, em “arrastões” no trânsito, em casa por ameaças ou constrangimentos causados pela ação de traficantes, entre tantos outros casos. Nessas narrativas de ações violentas, não somente o pesar pela subtração de bens de ordem material arduamente acumulados ganhavam visibilidade, mas, principalmente, o rapto abrupto de mercadorias simbólicas pela desconsideração dos ofensores era amplamente reclamado na forma de *insultos morais* (Cardoso de Oliveira, 2008).

Ricardo e tantos outros interlocutores são sujeitos *precários*. Tal condição, que imprime certa identidade coletiva aos candidatos, se relaciona com duas dimensões complementares que perpassam boa parte das suas trajetórias de vida. Em primeiro lugar, os candidatos fazem parte daquilo que Standing (2014, p. 12) denominou *precariado*. Sua definição faz referência às características das condições de trabalho deste grupo, que, na contemporaneidade, dizem respeito à sua natureza frágil e instável, associado à casualização, informalização, à busca permanente de empregos com melhores condições, ao regime de trabalho em tempo parcial, às estratégias de falso autoemprego e empreendedorismo, entre outros elementos. Em oposição ao velho proletariado fordista definido pela estabilidade, a lógica do precariado define-se, de maneira oposta, pela sua instabilidade.

A vida da maior parte dos candidatos é afetada por essas condições de trabalho. Elas são geradoras de padrões do que Rocha (2002, p. 171) chamou de *consumo precário*, onde a flutuação da renda faz com que a satisfação das suas necessidades básicas de existência muitas vezes seja comprometida. Mesmo em momentos de menor escassez, quando tais demandas são razoavelmente satisfeitas, a imprevisibilidade dos ganhos tende a elevar a intermitência do seus seus regimes de ostentação através dos diferentes *rituais de posse* (McCraken, 2007, p. 108) publicizados principalmente nas redes sociais dos candidatos. Suas fotos, vídeos e *status* em baladas com amplo consumo de bebidas alcoólicas e energéticos, bem como em restaurantes, viagens, praias, churrascos ou ao menos demonstrando outros bens de valor a exemplo de relógios, cordões, carros e motos são constantes, embora eles admitam que, nesta performance, vale mobilizar até mesmo fotos e vídeos mais antigos ou produzir conteúdos atuais mediante o uso de bens de amigos – já que a atualização autoral permanente desta rotina não é sempre possível.

Por outro lado, a situação de precariedade dos candidatos repousa igualmente sobre o processo de *desacreditação simbólica* por eles sofrido, algo que Pires (2017) identificou quando certos sujeitos são tomados enquanto objeto de permanente *desconfiança*. Para o autor, a *precariedade* diz respeito a um enquadramento legal, isto é, um olhar que parte do Direito sobre a sociedade e que classifica alguns indivíduos e espaços enquanto precários. Sua condição de precarização é resultado do exercício de um poder simbólico estatal que desigual o acesso à direitos, negando a possibilidade de estabelecimento de contratos efetivos voltados ao compartilhamento comum de valores com base num direito universal. Sujeitos e espaços precários, com efeito, podem ser encontrados na figura das empregadas domésticas na sua relação de desconfiança com as patroas (Medina, 2015), nos vendedores ambulantes que têm seu direito de uso do espaço público limitado Pelo Estado (Pires, 2017), na favela que sofre a aplicação de um direito desigual permissivo de abusos sofridos pela sua população (Silva, 2019), ou ainda nos réus que não gozam de liberdade provisória pelos efeitos da desconfiança sobre o jurisdicionado (Garau, 2020).

Em todos esses casos, a transformação de alguns sujeitos e espaços em precários acaba se constituindo enquanto um dos principais “efeito-demonstração” fundadores da legitimidade estatal pelo uso diversificado da violência (Pires, 2017, p. 349). Ao serem precários e potencialmente perigosos, indivíduos de uma certa cor, classe, gênero, faixa etária ou mesmo de áreas específicas da cidade acabam reconhecidos enquanto potenciais transgressores da lei, o que contribui diretamente para o processo de *sujeição* que aporta de antemão uma “essência” no possível caráter criminal destes sujeitos (Misse, 2010). Da mesma forma, raciocínio semelhante pode ser encontrado com relação a certos espaços caracterizados enquanto precários, onde sua lógica de criminalização acaba por fazer referência ao acúmulo social de processos de estigmatização na dimensão do tempo.

Seja como for, os processos de precarização geram assim uma dupla sanção na forma de profecia autocumprida (Pires, 2017, p. 349). A desconfiança generalizada primeiramente toma as instituições do Estado enquanto ponto de apoio nos seus regimes de circularidade, transitando então para além dos seus limites ao precarizar o cotidiano de certos sujeitos e os conteúdos materiais e simbólicos de certos espaços. A partir daí, criam-se maiores condições para aplicação de uma série de punições no âmbito legal ou extralegal sobre eles, em especial através do exercício da violência física e simbólica por parte de instituições como a polícia, o poder judiciário, a guarda municipal, o sistema prisional, etc. Em resumo, como argumenta Garau (2020, p. 269), perceber a precariedade enquanto categoria dotada de sentidos mais abrangentes requer relativizar a aplicação de um direito desigual, uma vez que ser precário ou ter um direito precário conforma um marcador social que informa o lugar ou os direitos que certo indivíduo (ou que certo espaço, eu complementar) receberá do Estado a partir do exercício da cidadania.

O cotidiano dos candidatos à carreira policial no Subúrbio Carioca, portanto, faz referência a um cotidiano precário, caracterizado pela ocorrência de *esculachos* de

diferentes ordens. Enquanto categoria sociológica, novamente Pires (2011, p. 123-124) afirma que o esculacho pode ser lido enquanto um conjunto de práticas singulares de desconsideração do indivíduo. Ao romper valores estruturantes de certos horizontes morais apoiados na honra e no respeito, o esculacho aponta para a ideia de humilhação. Em seu comutar diário, meus interlocutores afirmam o incômodo em pegar o trem, o metrô, o ônibus ou o BRT diariamente lotado, sem lugares suficientes para viajar sentados com algum conforto. Mas o maior problema para eles, ou seja, o que faz do comutar diário no Rio de Janeiro um esculacho, é o fato dos transportes públicos regularmente quebrarem, atrasarem e, principalmente, sequer garantir dignidade para que eles possam permanecer em pé sem serem imprensados a cada viagem pelo caleidoscópio de braços, antebraços, pernas, mãos, abdômens, pés, joelhos, seios, nádegas e virilhas a roçar seus corpos – particularmente no caso das candidatas mulheres.

Nessa mesma toada, é motivo de fúria o fato da situação agonística no transporte público levá-los diariamente até um local de trabalho onde geralmente mais esculachos lhe serão impostos. Os baixos salários e a dura rotina laboral são enfrentados com resignação pela maioria dos candidatos. O esculacho, nesse caso, deriva dos inúmeros assédios de ordem moral cometidos por empregadores no exercício do seu poder patronal. Tratam-se de humilhações de diferentes ordens, que tomam forma através de xingamentos e constrangimentos, além de eventuais situações de demissões sumárias sem indenização, atraso de pagamentos ou outros problemas para recebimento e marcação correta de férias, 13º salário, horas-extra, etc. Ademais, histórias de outro tipo, voltadas para casos de assédio ligados à desigualdade de gênero no ambiente de trabalho, também não são raras por parte das candidatas mulheres. Ao ocuparem posições de qualificação de nível médio como secretárias, recepcionistas, atendentes e vendedoras, elas são obrigadas a lidar com “cantadas” e outras importunações mais graves na relação com patrões, clientes e até mesmo colegas de trabalho.

Somado a tudo isso, meus interlocutores ainda enfrentam esculachos em várias outras situações como no atendimento prestado pelos serviços públicos de saúde, na obtenção do “auxílio emergencial” da União durante a pandemia, nas escolas municipais e estaduais onde geralmente estudam seus filhos e, principalmente, nos contextos de violência presentes nos seus locais de moradia. Como apontado anteriormente, Ricardo e vários outros candidatos já foram vítimas de crimes – sejam eles violentos ou não – em seu cotidiano suburbano. Essa acumulação prolongada de esculachos, que se remetem aquilo que Cardoso de Oliveira (2002, p. 136) denominou *atos de desconsideração*, nos mostram o peso da dimensão moral desses insultos na construção de sentimentos ligados à indignação e ressentimento por parte das vítimas. Momentos como o do almoço entre os candidatos, quando eles trocam entre si experiências próximas de vitimização ligadas à violência física e simbólica, promovem a inscrição do ressentimento num plano moral simultaneamente social e intersubjetivamente compartilhado. Não é á toa que, quando

Ricardo prometeu a si e à esposa que aquele assalto era a última vez que ele teria sido esculachado daquele jeito, a identificação com sua história por parte dos outros candidatos foi imediata. Todos ali, de maneira maior ou menor, eram sujeitos precários que sofreram ao longo de toda sua trajetória de vida uma série de *insultos morais* pela sua condição de classe, raça ou gênero (ou pela intersecção de duas ou mais dessas categorias).

A entrada para a polícia, com efeito, pode ser lida enquanto tentativa de apaziguar sua condição de precariedade através de um salário melhor, de um emprego estável mas, principalmente, pela possibilidade de satisfazer o apetite por *reconhecimento* trazido pela posse de uma farda, de uma carteira funcional e de uma arma. No entanto, é fundamental perceber que a plena satisfação desta demanda não é algo realizável em qualquer lugar, mas, fundamentalmente, no patrulhamento de espaços precários que abrigam igualmente outros sujeitos precários – a exemplo das ruas e favelas sob a jurisdição dos batalhões encravados no Subúrbio Carioca. Ser PM suburbano, neste sentido, é *deixar de ser um sujeito precarizado para passar a agente precarizador*, considerando-se a dimensão política intrínseca ao poder coercitivo ligado ao policiamento das esquinas de qualquer cidade (Muir Jr., 1977).

Geopolíticas suburbanas

Comecei a prestar mais atenção neste raciocínio por identificar uma aparente contradição no posicionamento de Ricardo acerca da sua carreira profissional. Após sofrer dois assaltos, ele decidira não mais trabalhar em certos lados do Rio por motivos de segurança. Da mesma forma, ele deixou igualmente de trabalhar durante a noite e nas altas horas da madrugada, concentrando sua rotina de 12 horas ao volante durante o dia, preferencialmente embarcando e desembarcando clientes em áreas mais abastadas da metrópole carioca. No entanto, seu posicionamento era diametralmente oposto quando perguntado sobre seus planos para a carreira policial. Se, enquanto motorista de aplicativo, seu objetivo era dirigir em áreas como a Zona Sul da cidade, enquanto possível futuro PM seu plano era justamente policiar os espaços mais precários e violentos do Rio de Janeiro, com particular atenção para o Subúrbio.

Como vimos, além do maior reconhecimento positivo pela condição de PM nesta região, o interesse de Ricardo estava ligado igualmente ao fato das suas malhas mais próximas da polícia estarem territorializadas localmente. Oriundo de uma família humilde, a vida do candidato sempre esteve ligada ao Subúrbio. Nascido e criado num bairro compreendido pela linha férrea e a Avenida Brasil, sua experiência cidadina, assim como a de tantos outros candidatos oriundos de lugares precários, é marcada pela necessidade do trânsito permanente entre as diferentes partes da cidade. Na menoridade, morava numa rua que dava acesso à Avenida Brasil. Tendo estudado em escolas públicas locais, foi obrigado a se deslocar para trabalhar inicialmente no centro da metrópole, onde aproveitou

a oferta de cursos profissionalizantes noturnos para se qualificar enquanto “técnico em radiologia”. Embora diplomado, nunca conseguiu exercer a profissão porque, segundo ele, o “mercado é muito fechado”. O retorno para a sala de aula no “cursinho” era o recomeço de uma rotina de estudos após sete anos longe dos livros.

Paralelamente ao trabalho/estudo, sempre gostou de artes marciais. Praticou *Jiu-Jitsu* no início da adolescência, tendo encontrado no universo do *Muay Thai* seu esporte favorito. Já foi um atleta semi-profissional, tendo ganho dinheiro com algumas lutas e trabalhado informalmente enquanto instrutor numa academia próxima ao seu local de residência. Durante esse período, fez “bicos” de segurança em boates, bares e outros eventos de pequeno porte a partir da indicação de amigos próximos da academia, que confiavam na sua perícia enquanto lutador e, principalmente, na intimidação que seu porte físico poderia impor a algum possível fanfarrão perdido pelas noites do Subúrbio Carioca. Já há três anos se dedicava integralmente à carreira de motorista, tendo habilitação para dirigir motocicletas, automóveis e caminhões através das categorias A, B e D da CNH. Sempre fez outros “bicos” enquanto entregador na sua moto, que financiou aos 19 anos com o prêmio por uma luta de “vale tudo” que participou. Seu último emprego formal foi numa empresa de transporte de cargas, onde trabalhava dirigindo um pequeno caminhão por toda a cidade, junto com um ajudante. Por conta de algumas economias, conseguiu financiar seu automóvel e decidiu começar a fazer *Uber* aos finais de semana, também como “bico”, para complementar a renda. Devido ao agravamento da recente crise econômica, perdeu o emprego e hoje seu salário é oriundo apenas do dinheiro do aplicativo.

Sua família é igualmente baseada no Subúrbio. Ricardo é casado com uma vizinha, que ele trouxe para morar na casa nos fundos da residência da irmã e do cunhado. Trata-se de uma casa antiga, de pés direitos altos e com amplo quintal de fundos, herdada dos pais. Quando casou, ele decidiu construir sua casa na parte de trás do terreno, reivindicando sua fração na herança. Embora seja uma casa menor, ela é suficiente para o casal por eles ainda não possuírem filhos, não obstante sua esposa tenha perdido recentemente um bebê. Seus pais, quando vivos, moraram na região durante toda a vida, assim como a maioria dos seus tios, primos, sobrinhos e mesmo parentes mais distantes, com os quais mantém pouco contato. Fora da família, a maior parte dos seus amigos mais próximos, ex-colegas do trabalho e da escola, bem como pessoas que ele mantém algum contato para além dos passageiros que embarcam no *Uber* são igualmente suburbanos. A região é o seu principal *lugar* na cidade, onde ele passa a maior parte do tempo quando não está a trabalhar.

Sua escolha em entrar para a polícia é pragmática: ele quer ganhar dinheiro o mais rápido possível. Diz que nunca tinha sonhado em ser policial até pouco tempo, quando começou a amadurecer melhor a ideia mesmo sob protestos da esposa, que considera a PMERJ um emprego muito perigoso. Ele diz que, passados 25 anos da sua vida, não conseguiu se estabelecer dentro das carreiras profissionais que tentou e olha com

preocupação para o seu próprio futuro – sobretudo numa conjuntura de crise de emprego. Influenciado por um tio e um primo (ou seja, pai e filho) que são PMs e trabalham em batalhões distintos do Subúrbio Carioca, ele enxerga principalmente o primo como uma espécie de “modelo” a ser seguido:

“Eu fico vendo meu primo. Pô, ele é novo, não tem nem 30 anos e foi a ‘cabo’ agora (foi promovido de graduação, passando de ‘soldado’ para ‘cabo’). Já tá com a casa dele arrumada, tem uma *Hilux* (caminhonete 4X4 da montadora japonesa Toyota) nova, toda blindada. O carro é blindado! Ele vive saindo, precisa ver quando ele sai... é só *whisky* e energético ‘regado’. O cara tem uma vida, claro que não é uma vida tranquila, mas ele tá conseguindo as coisas dele aos poucos. Eu entrando pra polícia, ele e meu tio já falaram, eles conseguem me ajudar. De repente eu ‘dou sorte’ e eles conseguem me ‘puxar’ pra trabalhar com eles. Os caras já são ‘cascudo’ da ‘pista’, da ‘guerra’. Mas enquanto meu dia não chega, eu tô aqui, cheio de ‘boleto’ (contas em geral) pra pagar, dirigindo o dia todo. Vou sair do curso mais cedo e vou ter que ‘cair pra dentro’. Não dá não. Isso aqui não dá pra mim não.”

O primo de Ricardo “tem uma vida”. Para ele, isso significa, em primeiro plano, possuir condições materiais para “ter uma casa arrumada”, uma *pickup* de luxo ou mesmo sair para se divertir sem se preocupar com as contas da balada no final da noite. Entrar para polícia é um movimento que permite acessar certas dimensões do *consumo* até então distantes de Ricardo e de outros candidatos. Quando pensado no recorte das classes ditas populares, Castilho (2006) nos mostra que o consumo de certos bens pode ser também fator de inclusão social, pertencimento e conformação de outras identidades nos indivíduos. O acesso a novas estratégias de consumo, capazes de “dar uma vida” ao possível futuro policial, são vistas enquanto elemento importante para sua escolha profissional e para a satisfação de certos apetites materiais. No caso de Ricardo e de tantos outros, a ajuda dos familiares, amigos e conhecidos já policiais parece fundamental nessa travessia. São eles que poderão orientá-los em seu futuro emprego através de uma espécie de “apadrinhamento” em seus respectivos batalhões de polícia. Para Ricardo, a ajuda do tio e do primo é fundamental pois eles já são PMs “cascudos”, ou seja, já são policiais experientes que dominam as técnicas necessárias à sua atividade profissional.

Mas o mais interessante é que a experiência acumulada pelos policiais “cascudos” é associada particularmente a outras duas categorias: a “pista” e a “guerra”. A primeira diz respeito às ações de policiamento ostensivo nas ruas. Ela compreende não somente o domínio das técnicas de policiamento ostensivo como realizar “patrulhamento à pé”, uma *blitz* de trânsito ou mesmo abordar corretamente possíveis suspeitos, como também a conjugação dessas atividades a agenciamentos ilegais ligados à práticas de extorsão, ameaça e instrumentalização da violência física na negociação de diferentes *mercadorias políticas* (Misse, 2010). Ricardo enxerga as ruas do Subúrbio Carioca enquanto espaço mais favorável para o policiamento ostensivo, uma vez que ele pode ser realizado com um nível de constrangimento menor do que em outros *lados* da cidade:

“Trabalhar na Zona Sul? Não fode! Lá tem juiz, deputado... essas ‘piranha-patricinha’ que adora dar pra vagabundo. Tu pega um ‘playboyzinho maconheiro’ qualquer e não pode nem dar um tapa no filho da puta. É arriscado alguém te ‘enquadrar’. Aqui não, aqui [no subúrbio] o pessoal já olha pro policial, pra farda dele, pro fuzil, pra arma e respeita a gente. Tu trabalha mais relaxado, o comandante não fica te ‘sugando’, te chamando atenção por qualquer coisa. Tem muita mulher na rua também... elas ficam te encarando de cima abaixo, te ‘rendendo’ [dando atenção, abertas a iniciar uma conversa]. Elas olham você na viatura, no ‘Corollinha’ [diminutivo de Corolla, *sedan* da montadora Toyota usado em parte da frota de Rádio-Patruilhas da PMERJ], olham tua farda e já ficam ‘daquele jeito’. Eu quero é ser PM no subúrbio!”

De modo geral, esta primeira parte do relato nos introduz alguns motivos que levam o Subúrbio a mediar o interesse de Ricardo pela carreira policial. Tal relação, em certo sentido, se reporta à problemática inscrita na geografia política ratzeliana no que toca as relações que determinado povo estabelece com o seu território. Segundo o autor, a noção de povo estaria ligada a “um grupo político interligado por outros grupos e indivíduos solitários, que não precisam estar relacionados a uma origem étnica ou linguística, mas sim espacialmente por meio de um território comum” (Ratzel, 1974, p. 3, minha tradução)¹. A unidade política do grupo, bem como a conformação de sua possível identidade coletiva, não dependeria, assim, inteiramente do parentesco, sendo possivelmente tributária das interações espaciais estabelecidas pelo compartilhamento de uma mesma área (Lossau, 2020, p. 150). Mas como bem observa Bassin (1997, p. 480), Ratzel não nega a existência da etnicidade enquanto fator de coesão, ao apontar que o parentesco foi, historicamente, um entre outros elementos a contribuir para a unidade de um determinado corpo político (Ratzel, 1974, p. 140-143).

Em todo caso, a importância do elemento territorial no relato do candidato nos ajuda a pensar numa outra questão relevante. O policiamento ostensivo da PMERJ não opera em cada favela com o mesmo nível de presença e letalidade, nem tampouco está limitado a esses territórios. Cada um dos 39 batalhões de polícia militar espalhados por todo o estado fluminense, bem como particularmente os 17 de atuação na metrópole carioca possuem jurisdição própria e comando relativamente descentralizado, embora respondam ao seu respectivo Comando de Policiamento de Área (CPA), sendo este subordinado ao Comando Geral da corporação². A relativa descentralização dos comandos leva a formas particulares de orientação do policiamento, o que imprime certa autonomia a cada unidade operativa sob sua jurisdição na forma das Rádio Patruilhas (RPs), Grupamento de Ações Táticas (GATs), Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), rondas feitas à pé, entre outros. Como argumentam Lemgruber, Musumeci e Cano (2003, p. 61), tal realidade permite, até certo

1 No original: “Volk nenne ich demnach eine politisch verbundene Gruppe von Gruppen und Einzelmenschen, die weder stammnoch sprachverwandt zu sein brauchen, aber durch den gemeinsamen Boden auch räumlich verbunden sind.”

2 O organograma da corporação com os BPMs, CPAs e estruturas de comando intermediário e geral podem ser consultados em <https://sepm.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Organograma-SEPM-jan2021.pdf>. (Acesso em 23/04/2021).

ponto, que o comportamento dos agentes varie significativamente de estado para estado, entre os diferentes governos que tomam posse num mesmo estado, ou até mesmo de batalhão para batalhão numa mesma cidade. Este último ponto, inclusive, apareceu de maneira muito clara na fala nativa de diferentes interlocutores ao longo do trabalho de campo, o que reforça as diferenças de percepção que os policiais têm entre o policiamento nas diferentes áreas que compõem a cidade do Rio de Janeiro (Sansone, 2002); Kant de Lima et alli., 2007; Oliveira, 2011).

A fala de Ricardo e a de vários outros candidatos demonstram clareza quanto aos limites e possibilidades do exercício do poder de polícia em cada uma dessas partes da metrópole carioca, mesmo antes de sequer terem iniciado sua carreira na corporação. Tal fato me parece se relacionar com uma questão mais ampla, trabalhada de maneira lapidar pelo trabalho de Reiner (2004), que diz respeito ao fato da polícia possuir também uma política. Isto quer dizer, em outras palavras, que não é possível compreender o trabalho policial ingenuamente enquanto uma atividade “neutra”, “despolitizada” ou apenas enquanto “ferramenta” à serviço do Estado fora de uma economia do poder que mobiliza outros atores e instituições sociais. A *política da polícia*, para o autor, trataria de um olhar crítico que enxerga a polícia na forma de instituição interessada na regulação da “distribuição da vigilância” (Reiner, 2004, p. 27) através do seu poder discricionário. Nesta chave analítica, o autor aponta que, na prática, a determinação do trabalho policial é muito mais o resultado da interação de pressões e processos variados, onde as políticas formais vindas de cima têm pouca efetividade no policiamento realizado “na ponta”, isto é, no policiamento do cotidiano cidadão.

Se a premissa de que as forças policiais não são instituições neutras, e que, por isso mesmo, elas possuem formas e interesses diferenciados em desigualar quantitativamente e qualitativamente a “distribuição da vigilância”, isto talvez nos mostre como as polícias praticam seu policiamento através de uma política do espaço, ou seja, de uma *geopolítica*. No processo de legitimação deste policial diferenciado entre as partes da cidade, as forças de segurança mobilizam um conjunto de práticas e discursos que medeiam a produção territorial diferenciada de mortes, apreensões, perseguições, abordagens, agressões e prisões na sua relação com o público em geral. Trata-se de um processo onde, instituídos pelo poder de polícia, *sujeitos precários* (Standing, 2014; Pires, 2017) contribuem para precarizar certos territórios urbanos através de *práticas espaciais* específicas (Corrêa, 1995b, p. 35), isto é, de um conjunto de ações espacialmente localizadas e de extensão temporal limitada, que visam a regulação e controle sobre esses espaços precários. Tais agenciamentos produzem formas distintas de policiamento que serão justificadas pelo estigma que certos lugares recebem enquanto favelas (Silva, 2019), conjuntos habitacionais (Mello, 2001), subúrbios (Fernandes, 2001), entre tantos outros exemplos. Falar de uma *geopolítica suburbana* por parte das polícias, portanto, é falar das práticas espaciais operadas por tais agentes que tomam o Subúrbio Carioca enquanto um destes potenciais territórios de ação.

Na visão nativa, uma das principais formas de materialização desta geopolítica suburbana diz respeito ao cotidiano de confrontos armados envolvendo policiais em boa parte da região. Os populares “tiroteios” são o resultado mais visível das chamadas *operações policiais*, uma categoria que engloba um conjunto heterogêneo de condutas operacionais – comumente justificadas enquanto ações de “combate ao tráfico de drogas” – que estão mais concentradas nos territórios favelados de determinadas partes da metrópole carioca e dos municípios do seu entorno. Como argumentam Albernaz e Rodrigues (2020), mais do que apenas uma categoria descritiva sobre ações táticas de repressão ao varejo de drogas, as operações policiais dizem respeito a um amplo horizonte semântico de diferentes valores ligados ao universo policial. Se encaradas enquanto mercado, elas se constituem na forma de aportes de alto risco para seus possíveis investidores, dada a ameaça razoável de morte ou ferimentos graves que os confrontos armados oferecem.

Por outro lado, participar destas empreitadas possibilita igualmente aos policiais auferir inúmeros rendimentos na forma de maiores quantias de capital simbólico dentro da corporação (na construção de suas reputações enquanto PMs corajosos, destemidos, “brabos”, “machos”, “quebradores” ou, simplesmente, “PMs de verdade”), como também significativas parcelas de capital econômico pela apreensão e revenda ilegal do espólio subtraído do tráfico (geralmente na forma de armas, drogas, dinheiro e outros objetos de valor).

Os conteúdos simbólicos desta parte da geopolítica suburbana ganham contornos mais robustos quando retornamos à história de Ricardo. Tendo como referencial a vida do tio e, particularmente, a do primo que já são PMs “cascudos”, o candidato acredita que a proximidade da sua malha familiar com a PMERJ pode ajudá-lo mais facilmente a incorporar o *habitus* policial. Como apontado anteriormente, se tal incorporação impescinde dos saberes ligados ao domínio da “pista”, ou seja, a maneira de executar as práticas espaciais intrínsecas ao policiamento ostensivo das ruas, a participação igualmente ativa na “guerra” possui também um papel fundamental neste processo.

Ricardo me conta que seus familiares são lotados em localidades com altos índices de letalidade e vitimização policial. Ele assevera: “meu tio e meu primo sempre falam: trabalhar nos batalhões X e Y é trocar tiro todo dia”. Uma parcela importante dos “pontos quentes” identificados no mapa anterior está ligada às práticas espaciais de confronto capitaneadas por esses batalhões. É importante lembrar que o desejo de “ir para guerra” parte de uma lógica de investimento de alto risco, cujo objetivo maior é auferir o maior nível de rendimentos possível para o policial disposto a colocar sua própria vida em perigo. Como me explica Ricardo, os riscos de uma lotação num GAT³ são muito maiores quando comparados à rotina dos “trabalhos internos” na burocracia da polícia, ou mesmo em

3 O GAT é o grupamento responsável pelas ações táticas geralmente realizadas em favelas na jurisdição de um dado batalhão. É um grupamento voltado basicamente para funções repressivas e de enfrentamento beligerante. Como explica Ramos (2017), os policiais que compõem o GAT possuem um perfil mais direcionado para o combate, muitas vezes sendo policiais homens egressos das Forças Armadas como o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica.

atividades ostensivas como o patrulhamento a pé ou mesmo em RPs. Para um número significativo dos meus interlocutores, quanto maior for o risco da atividade exercida pelo policial dentro da corporação, maiores serão as chances dele acumular capital simbólico e material na PMERJ. Em certo sentido, participar de uma operação policial em favelas “trocando tiro com vagabundo”, de maneira não só a dominar o território inimigo através da força, como também pilhar seus pertences e submeter tais populações ao seu julgo é a mais alta consagração do bom trabalho policial aos olhos desses candidatos.

Tais processos de acumulação tomam forma pela participação nas operações permitir o acesso a toda uma dinâmica própria de *arregos* (Pires, 2010) e *passes* (Rodrigues, 2021a) através de práticas de extorsão a traficantes, apreensão e revenda ilegal de drogas e armas, compartilhamento de informações privilegiadas sobre as operações, sequestros, assassinatos, torturas, chacinas, entre outros crimes (Nogueira, 2013). A “vida” que o primo de Ricardo tem foi construída, em grande medida, pelo dinheiro conseguido nos *esquemas* (Rodrigues, 2021b) ligados à “sacanagem”. Tais mercados tomam o universo das operações como um dos seus exemplos mais centrais, sendo a participação ativa nesses confrontos uma das empreitadas mais lucrativas do cotidiano policial carioca. Nosso interlocutor admite que um cabo da PMERJ jamais poderia arcar com o estilo de vida que o primo leva. Em quase uma década de serviços prestados à corporação, ele conseguiu acumular veículos, um apartamento próprio e uma casa de veraneio alugada, eletrodomésticos variados, uma vida social ativa com gastos consideráveis em boates, restaurantes, prostíbulos, viagens, roupas, tênis, relógios, entre outros acessórios caros de vestuário.

Da mesma forma, tal estilo deve levar em conta também um cálculo de risco atrelado à esses mesmos agenciamentos. Segundo Ricardo, além de ter o veículo blindado, o primo anda o tempo todo ao menos com um dos seus dois fuzis – resultado de apreensões extralegais de armas outrora propriedade de traficantes. Andar ao seu lado na *Hilux* é ter a companhia permanente da “meiota”⁴, da pistola a tira colo e de enorme quantidade de munição guardada no porta-luvas da caminhonete. Por medo de ser reconhecido, ele também sempre usa balaclava para esconder o rosto quando escalado para alguma operação, uma vez que as favelas suburbanas onde o primo atua localizam-se igualmente na mesma área de residência dele e da sua família. Ou ainda, quanto aos seus círculos de amizade e pessoas mais próximas, a maioria deles estão ligados ao universo policial, sendo que as “saídas” nos momentos de folga se dão em festas geralmente ligadas a pessoas próximas desse universo, com a presença de outros colegas e amigos policiais. Ricardo tem em mente que a entrada na polícia – sobretudo se voltada para uma carreira nos moldes da “vida” que o primo leva – gerará impactos profundos em seu cotidiano por conta da sua nova condição enquanto PM. Mas para ele e tanto outros candidatos, as possibilidades de ganhos materiais e simbólicos tributários da sua entrada para a polícia superam todos esses riscos.

4 Fuzil na gíria policial. Meiota faz referência ao calibre 7.62mm de parte dos fuzis de assalto usados pela PMERJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de um diálogo interdisciplinar entre a antropologia e geografia, o presente *paper* procurou reunir elementos voltados para a compreensão do Subúrbio enquanto parte de uma política escalar dos candidatos à carreira policial no Rio de Janeiro. Se pensado nos parâmetros sugeridos por MacKinnon (2010), a escolha profissional dos candidatos leva em conta a influência e os efeitos de estruturas escalares pré-existentes, criadas por processos anteriores de construção social por parte dos seus parentes, amigos e conhecidos – ou seja, pelas suas malhas estreitas – através das suas interações espaciais cotidianas. A partir deste cenário, a entrada na polícia pode fazer referência igualmente à criação de novos arranjos e configurações escalares por parte dos atores sociais, que levam em conta o fato da lotação em batalhões suburbanos possibilitar atingir mais plenamente seus objetivos dentro da corporação.

Parte dos objetivos em ser PM no Subúrbio, como procurei mostrar ao longo do capítulo, satisfaz uma série de demandas morais dos candidatos ligadas ao reconhecimento público da sua ascensão social através da entrada na polícia. Tais expectativas só conseguem ser plenamente atendidas pelo reconhecimento do outro através das suas interações espaciais no contato cotidiano com vizinhos, parentes, amigos e conhecidos em geral. São nessas interações, por um lado, que as mudanças ligadas à ascensão social nativa podem ser melhor percebidas. Mas é igualmente a partir delas, por outro, que a permanência no território suburbano torna possível reafirmar esses laços de amizade e parentesco. Não me parece irrelevante o fato da grande maioria dos candidatos com os quais convivi não objetivarem, mesmo conseguindo entrar para a polícia, a mudança para outra área da cidade.

Em termos sociológicos, no Subúrbio Carioca os candidatos conseguem transitar por lugares que tendem a reconhecê-los não meramente enquanto *indivíduos*, mas sim na forma de *pessoas* em franco processo de ascensão numa sociedade pautada por relações também hierarquizadas (Velho, 1981; DaMatta, 1997). Como me confessou uma vez Ricardo: “aqui na minha área eu conheço todo mundo. Fora daqui eu não sou ninguém.”

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Elizabete e RODRIGUES, Eduardo de O. “Operações policiais: um exercício multi-situado e multiescalar de regionalização dos impactos da violência armada em favelas durante a pandemia no Rio de Janeiro”, 2020. (mimeo)

BASSIN, M. Imperialism and the nation state in Friedrich Ratzel's political geography. *Progress in Human Geography*, 11(4), 1997. p. 473-495. BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 23, nº67, 2008. p. 135-146.

CASTILHO, Sérgio. Memória, experiência urbana e consumo entre famílias populares no bairro do Jacintinho, Maceió, Nordeste do Brasil. In: LEITÃO, Débora K.; LIMA, Diana N. de O. L.; MACHADO, Rosana P (orgs.). *Antropologia e consumo: diálogos entre Brasil e Argentina*. Porto Alegre: AGE, 2006. p. 141-157.

CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016. p. 151-181.

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. "State and its Margins: Comparative Ethnographies", in DAS, Veena & POOLE, Deborah (ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford: James Currenry, 2004. p. 3-33.

FERGUSON, J. *Global shadows: Africa in the neoliberal global order*. Durham: Duke University Press, 2006.

FERGUSON, J. e GUPTA, A. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, 2002. p. 981-1002.

FERNANDES, Néelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GARAU, Marilha Gabriela Reverendo. *Silêncio no Tribunal: um estudo contrastivo das representações judiciais sobre crimes de tráfico de drogas no Rio de Janeiro e em Málaga na Espanha*. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 85-107.

GODINHO, Paula. *Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo*. *Antropologia, Escala e Memória*, Nº 2, Nova Série, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007. p. 66-83.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio e DAVIES, Frank Andrew. Alegorias e deslocamentos do "subúrbio carioca" nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). *Sociol. Antropol.* [online]. vol.8, n.2, 2018, p. 457-482.

GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. Discipline and Practice: The Field as Site, Method, and Location in Anthropology. In: Akhil Gupta e James Ferguson (eds.) *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*: Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-46.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *O Mito das estratégias de sobrevivência: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família*. Fortaleza, Edições UFC, 1982.

HEILBORN, Maria Luiza. *Visão de Mundo e éthos em camadas médias suburbanas no Rio de Janeiro*. *Ciências Sociais Hoje (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia)* – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1984. p. 88-99.

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. 3ª ed. rev. Rio de Janeiro, 2019.

- KANT DE LIMA, Roberto, EILBAUM, Lucía e PIRES, Lenin dos S. "Ici, c'est différent": espace, conflits et techniques d'accueil policiers dans les commissariats de Rio de Janeiro. *Outre-Terre*, n° 18, 2007. p. 323-334.
- LEMBRUGER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MACKINNON, Danny. Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. *Progress in Human Geography* 35(1), 2010. p. 21-36.
- MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System. The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, núm. 24, 1995. p. 95 – 117.
- MCCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. *Rev. adm. empres.* [online]. vol.47, n.1, 2007. p. 99-115.
- MEDINA, Fábio. Quase da família: o trabalho doméstico remunerado e as Varas do Trabalho de Niterói. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense, 2015.
- MELLO, Marco Antonio da Silva. Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo. In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian (orgs.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A/Capes, 2001. p. 205-228.
- MISSE, Michel. "Trocas ilícitas e mercadorias políticas: Para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos". *Anuário Antropológico*, n. 2, pp. 89-107, 2010.
- MUIR JR., K.W. *Police: streetcorner politicians*. Chicago: Chicago University Press, 1977.
- NOGUEIRA, Rodrigo. *Como nascem os monstros: a história de um ex-soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.
- OLIVEIRA, Jonas Henrique. *POLÍCIA, MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA : Um estudo sobre as práticas dos policiais na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- PEIRANO, M. Os antropólogos e suas linhagens. In: PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 13-30.
- PIRES, Lenin dos Santos. "Arreglar" não é pedir arrego: Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- _____. "Esculhamba, mas não esculacha!": uma etnografia dos usos dos trens urbanos na Central do Brasil. Niterói: EdUFF, 2011.
- _____. *PRECÁRIOS E PERIGOSOS: Possíveis Relações Entre Formalidade e Informalidade Em Processos De Administração De Conflitos No Rio De Janeiro.*
- Disputas Em Torno Do Espaço Urbano: Processos De [Re]Produção*. Org: GLEDHILL, John et. al. EDUFBA, Salvador, 2017, p. 335–352.

RAMOS, Leonardo dos Santos. 2017. *Entre a "judaria interna", a "pista salgada" e o "medo de se entregar": uma etnografia das representações de medo entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro*. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública e Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RAVEL, Jaques. Apresentação. In: RAVEL, Jaques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 7-15.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *Pobreza e consumo em São Miguel dos Milagres*. Maceió: EDUFAL, 2002.

RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Necropolítica: uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do 'arrego'. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, vol.14, n.1, 2021a, p.189-218.

_____. Feitiços da rua: os diferentes tempos dos ilegalismos e seus usos a partir da descrição de um "esquema" de transporte complementar no subúrbio carioca. *Revista Antropolítica*, n.º 53, 2021b (no prelo).

ROSENAL, Paul-André. Construir o "macro" pelo "micro": Frederik Barth e a "microhistória". In: RAVEL, Jaques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

SANSONE, Livio. Fugindo para a Força: Cultura Corporativista e "Cor" na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3, 2002. p. 513-532.

SILVA, Gabriel Borges da. "Quantos ainda vão morrer eu não sei": o regime do arbítrio, cortiçamento, morte e a vida em um lugar chamado de favela. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 2014. p. 9-24.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. Coleção Argonautas. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. *Current Anthropology*, Volume 42, Number 1, 2001, p. 125-138.

VELHO, Gilberto. Prestígio e Ascensão Social: Dos Limites do Individualismo na Sociedade Brasileira. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 39-54.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 90-113.